



## ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL - EVOLUÇÃO DO COMPONENTE RENDA E EMPREGO

*Paulo Roberto Delgado\**  
*Gracia Maria Viecelli Besen\**

Recentemente, o IPARDES disponibilizou à sociedade paranaense o Índice IPARDES de Desempenho Municipal - IPDM, o qual, a partir de atualizações regulares, permitirá dispor de informações que permitam acompanhar a evolução da situação econômica e social dos municípios paranaenses.

Seguindo modelos reconhecidos de índices de desenvolvimento, o IPDM constitui um indicador-síntese de três componentes socioeconômicos, a saber: educação, saúde, e renda e emprego.

Para o cálculo deste último componente foram definidos sete indicadores, referentes a três dimensões: salário médio, emprego formal e renda agropecuária.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, serve de fonte de informação para cinco indicadores, os quais representam mais de 90% do peso do componente renda e emprego; o restante refere-se à participação de dois indicadores definidos a partir do desempenho do setor agropecuário, com base no Valor Bruto da Produção (VBP) - quadro 1.

QUADRO 1 - PESO DOS INDICADORES QUE COMPÕEM A DIMENSÃO EMPREGO E RENDA

INDICADOR	PESO (%)	FONTE
Salário Médio		MTE-RAIS
Salário Médio Absoluto	42	
Taxa de Crescimento da Remuneração Média	5 47	
Emprego Formal		
Número Absoluto do Emprego Formal	20	
Taxa de Crescimento do Estoque de Emprego	5	IBGE
Taxa de Participação do Emprego Formal	20 45	
Renda Agropecuária		
Participação do VBP Agropecuário	6	
Taxa de Crescimento do VBP Agropecuário	2 8	

FONTE: IPARDES

\* Sociólogos, pesquisadores do IPARDES.

Os autores agradecem a colaboração dos técnicos: Sachiko Araki Lira e Francisco J. G. de Castro.

Na definição dos pesos procurou-se valorar a relevância de cada um dos indicadores enquanto expressão da densidade econômica municipal. A dimensão salário médio expressa diferenças tanto em termos de poder de compra da população quanto entre as estruturas produtivas municipais. O emprego formal expressa o tamanho do mercado local, bem como a capacidade de geração de novas oportunidades de trabalho. Por fim, o VBP foi incluído no índice com o objetivo de captar a importância relativa da atividade agropecuária para os municípios, particularmente naqueles onde a relevância do emprego formal fosse menor no conjunto das ocupações.

A presente nota traz uma leitura mais detalhada do componente renda e emprego, no sentido de avaliar o desempenho dos municípios relativamente às suas três dimensões.

Além desta introdução, esta nota está organizada em quatro seções: a primeira apresenta um breve panorama do desempenho da economia paranaense no período 2002-2007; a segunda parte traz uma avaliação da evolução das três dimensões que compõem este componente do IPDM, a saber: salário, emprego e renda da agropecuária; na terceira seção avalia-se o desempenho dos municípios paranaenses no período 2002/2007, considerando-se seu agrupamento de acordo com a trajetória municipal em termos de evolução da renda e emprego, bem como destaca-se a contribuição dos diversos setores econômicos para a evolução do emprego formal em cada agrupamento de municípios; por fim, têm-se as considerações finais.

## 1 DESEMPENHO ECONÔMICO DO PARANÁ

A economia paranaense apresentou, no período 2002-2007, fortes oscilações. Nos três primeiros anos, as taxas de crescimento do PIB foram positivas e crescentes, atingindo 5% em 2004; nestes três anos, o crescimento acumulado foi de 11,9%, ligeiramente superior ao observado para o Brasil, de 9,8% (tabela 1). O triênio seguinte é marcado por taxas baixas em dois anos, uma delas negativa (em 2005), com uma recuperação acentuada em 2007 (6,74%); a performance paranaense, neste subperíodo, ficou bem aquém da verificada para o Brasil.

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL E ACUMULADO DO PIB E PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB BRASILEIRO - 2002-2007

ANO	PARANÁ	BRASIL	PARTICIPAÇÃO PR / BR
2002	1,98	2,65	5,98
2003	4,48	1,15	6,44
2004	5,02	5,71	6,31
2005	-0,01	3,16	5,90
2006	2,01	3,95	5,77
2007	6,74	6,10	6,07
Acumulado			
2002-2004	11,89	9,77	-
2005-2007	8,87	13,77	-
2002-2007	21,81	24,88	-

FONTE: IBGE: Contas Regionais – série com retropolização considerando a nova metodologia do PIB

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- A taxa não se aplica.

A pronunciada queda observada em 2005 deveu-se fundamentalmente à agropecuária, a qual, desde o ano anterior, passou por uma série de dificuldades que afetaram seu desempenho: a estiagem, que atingiu as principais culturas (milho, soja e trigo) em 2004 e 2005; a crise na pecuária bovina, provocada por focos de febre aftosa; e a queda nos preços internacionais das *commodities*. Dada a relevância da atividade agropecuária para a economia estadual e suas conexões com outros segmentos produtivos, houve, em 2005, um espraiamento da crise para a indústria e o comércio, os quais apresentaram queda nesse ano (tabela 2).

TABELA 2 - VARIAÇÃO ANUAL DO VALOR ADICIONADO BRUTO POR ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - 2002-2007

ATIVIDADE	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Agropecuária	4,7	19,1	-9,9	-7,5	5,7	13,1
Indústria	0,0	3,3	9,0	-0,9	-1,1	4,6
Extrativa	4,5	34,2	20,5	-3,1	11,1	11,9
Transformação	2,7	6,8	8,3	-0,3	-2,2	6,5
Serviços industriais (eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza)	-6,8	-3,8	14,0	-2,9	3,4	-0,7
Construção civil	-2,7	-2,2	5,6	-1,7	-2,1	1,6
Comércio	0,1	3,7	10,3	-0,2	4,7	6,3
Serviços	3,3	2,7	5,9	1,5	2,8	6,7
Intermediação financeira	2,2	-0,5	3,9	3,2	4,5	16,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	3,2	3,4	2,3	0,3	4,2	1,5
Outros serviços	5,0	2,7	5,2	2,6	1,1	6,5
TOTAL	2,4	4,6	4,7	-0,3	1,9	6,6

FONTE: IBGE: Contas Regionais

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Taxa anual calculada a partir da série do Valor Adicionado Bruto a preço básico, retropolada com base na nova metodologia de cálculo do PIB.

A recuperação em 2006 foi inexpressiva, uma vez que a agricultura, mesmo crescendo, não conseguiu repor o nível de produção observado antes da crise, particularmente o verificado em 2003. Além disso, a atividade industrial, particularmente na indústria de transformação, sofreu com os impactos negativos da valorização cambial sobre seus segmentos mais vinculados ao mercado externo, caso das indústrias madeireira e automotiva. Esta última foi afetada, também, pela transferência da linha de produção do modelo Volkswagen Fox para o Estado de São Paulo.

Porém, no caso da indústria, há que se destacar que, apesar de alguns segmentos sofrerem com a crise na agropecuária e/ou com a valorização cambial, outros segmentos apresentaram, no período 2002/2007, uma dinâmica de crescimento, a exemplo das indústrias de confecção, sucroalcooleira e de material de informática, com impactos positivos na geração de emprego no Estado. Na realidade, como observado em IPARDES<sup>1</sup> (2009), na presente década a indústria paranaense ampliou sua participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) do Brasil, passando de 5,93%, em 2001, para 6,98%, em 2007.

<sup>1</sup> A economia paranaense e sua representatividade no âmbito nacional. Curitiba: IPARDES. Nota Técnica: setembro 2009.

Por fim, em 2007 registrou-se uma recuperação generalizada, com a maioria dos setores de atividade apresentando expansão superior a 6%.

Adicionalmente à expansão da atividade econômica é importante ressaltar os efeitos positivos sobre as rendas pessoais (do trabalho e da previdência social) decorrentes de políticas de valorização do salário mínimo e de transferências de renda; no caso paranaense, a política de valorização do salário foi reforçada com a instituição, a partir de 2006, do piso regional.

Considerando-se apenas os rendimentos de todos os trabalhos, segundo dados da PNAD, entre 2002 e 2007 a massa de rendimentos cresceu 34,6% em termos reais<sup>2</sup>, contra um crescimento do PIB da ordem de 21,8% no mesmo período, resultado, provavelmente, da combinação entre a expansão do emprego e os ganhos salariais verificados no período.

## 2 EVOLUÇÃO DO IPDM – RENDA E EMPREGO E SEUS SUBCOMPONENTES - 2002-2007

Os indicadores que integram o componente Emprego e Renda foram construídos a partir de três variáveis: salário, emprego e VBP. Em uma primeira avaliação, considerando-se os valores referentes ao Estado, percebe-se que o desempenho dessas variáveis foi diferenciado.

O salário médio pago aos trabalhadores do setor formal manteve-se praticamente estável no período, após recuperar-se da queda verificada em 2005 (tabela 3). Esta estabilidade, porém, pode encobrir mudanças importantes na variação dos salários, como, por exemplo, um duplo movimento em que os salários de base, devido aos aumentos reais do salário mínimo, podem estar aumentando, enquanto na ponta superior há uma redução do nível salarial. Um movimento deste tipo pode ter implicações diferenciadas em termos municipais, dependendo da maior ou menor importância dessas classes de salário, em cada local.

TABELA 3 - VARIÁVEIS BÁSICAS DO COMPONENTE RENDA E EMPREGO - PARANÁ - 2002/2007

VARIÁVEL	2002	2005	2007	VARIÇÃO (%)		
				2005/2002	2007/2005	2007/2002
Salário médio (R\$) <sup>(1)</sup>	1.086	1.034	1.103	-4,81	6,67	1,54
Emprego (n.º)	1.812.631	2.109.348	2.378.931	16,37	12,78	31,24
Valor bruto da produção (R\$ bilhões) <sup>(2)</sup>	20,452	19,684	23,722	-3,75	20,51	15,99

FONTES: MTE-RAIS, IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Valores constantes de 2007 corrigidos pelo IPCA (2002-2007= 1,50699; 2005-2007= 1,07739).

(2) Valores constantes de 2007 corrigidos pelo IGP-DI (2002-2007= 1,52172; 2005-2007= 1,06894).

O emprego foi a variável que apresentou o melhor desempenho, com aumento contínuo, em nível estadual, apontando uma variação de 31,24% em cinco anos. Por sua vez, depois de uma queda no período 2002/2005, devido a problemas de estiagem em algumas regiões do Estado, o VBP voltou a apresentar, entre 2005 e 2007, forte crescimento (20,51%).

<sup>2</sup> Valor obtido de tabulação especial realizada pelo IPARDES, com valores corrigidos pela variação do INPC, atualizados para setembro de 2008.

Diante desses números, seria de se supor que as variáveis emprego e VBP fossem as principais responsáveis pela evolução do índice de renda e emprego. Para verificar a pertinência desta hipótese, mostra-se, na sequência, uma tabela que evidencia a contribuição dos sete indicadores que compõem o índice final de renda e emprego, agregados em três dimensões: salário, emprego e VBP. Esta contribuição foi calculada a partir da variação, em cada subperíodo, dos indicadores que compõem o componente emprego e renda, devidamente ponderada pelo peso de cada indicador. A contribuição do salário refere-se à soma da variação dos dois indicadores que integram esta dimensão; o mesmo ocorre com o emprego e com o VBP, que envolvem a soma de três e dois indicadores, respectivamente (ver quadro 1).

Contrariamente à hipótese acima, a dimensão salário é a principal responsável pela variação do índice renda e emprego. No período 2002/2005, sua contribuição foi positiva em 356 dos 399 municípios paranaenses, sendo esta superior a 50% em 320 municípios<sup>3</sup> (tabela 4). Desempenho similar é observado no período 2005/2007, sendo importante destacar, porém, que houve um aumento expressivo do número de municípios em que a dimensão salário teve desempenho negativo (73 municípios).<sup>4</sup>

TABELA 4 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS SEGUNDO A CONTRIBUIÇÃO DAS TRÊS DIMENSÕES NA EVOLUÇÃO DO IPDM RENDA E EMPREGO - PARANÁ - 2002/2007

CONTRIBUIÇÃO PARA A VARIÇÃO DO ÍNDICE RENDA E EMPREGO (%)	2002/2005			2005/2007		
	Salário	Emprego	VBP	Salário	Emprego	VBP
Contribuição positiva						
> 0	356	212	139	326	216	225
> 10	350	162	116	322	174	184
> 50	320	66	59	277	85	88
Contribuição negativa						
< 0	43	187	260	73	183	174
< -10	38	141	212	69	129	129
< - 50	29	69	81	49	61	62

FONTE: IPARDES

A dimensão emprego apresentou, nos dois subperíodos, variação positiva em pouco mais da metade dos municípios do Estado; entretanto, entre 2005 e 2007 sua contribuição tornou-se mais relevante, assumindo valor superior a 50% em 85 municípios.

<sup>3</sup> A somatória da contribuição de cada dimensão – salário, emprego e renda – totaliza sempre 100%, mas ela pode derivar da combinação de contribuições negativas e positivas.

<sup>4</sup> O desempenho negativo ocorre quando o município apresentou queda no valor do salário médio, ou variação positiva mas com taxa inferior à de outros municípios.

A principal mudança, contudo, deu-se em relação ao VBP, cuja contribuição positiva foi ampliada de 139 para 225 municípios, aumentando significativamente os casos em que a contribuição foi superior a 50% (88 municípios, no período 2005-2007), refletindo o bom nível dos preços das principais *commodities* agropecuárias do Estado e, principalmente, a recuperação do volume físico produzido, comparativamente à situação de crise vivida em 2005.

Antes de apresentar a avaliação do desempenho municipal, objeto do próximo item, cabe destacar a provável dinâmica que fundamenta a importância que a dimensão salarial assumiu no período em análise. Esta hipótese se relaciona ao perfil salarial diferenciado dos municípios, com aqueles caracterizados por uma estrutura assentada em salários menores, com participação relevante de remunerações baseadas no salário mínimo, apresentando uma performance melhor no período em foco.<sup>5</sup> Enquanto a remuneração média do emprego formal, no Estado, variou apenas 1,54% entre 2002 e 2007, o aumento real do salário mínimo, no mesmo período, foi de 42,8%<sup>6</sup>. Há aqui um efeito regional positivo da política de valorização dos salários de base (mínimo nacional e pisos regionais).

### 3 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SEGUNDO AGRUPAMENTOS DOS MUNICÍPIOS

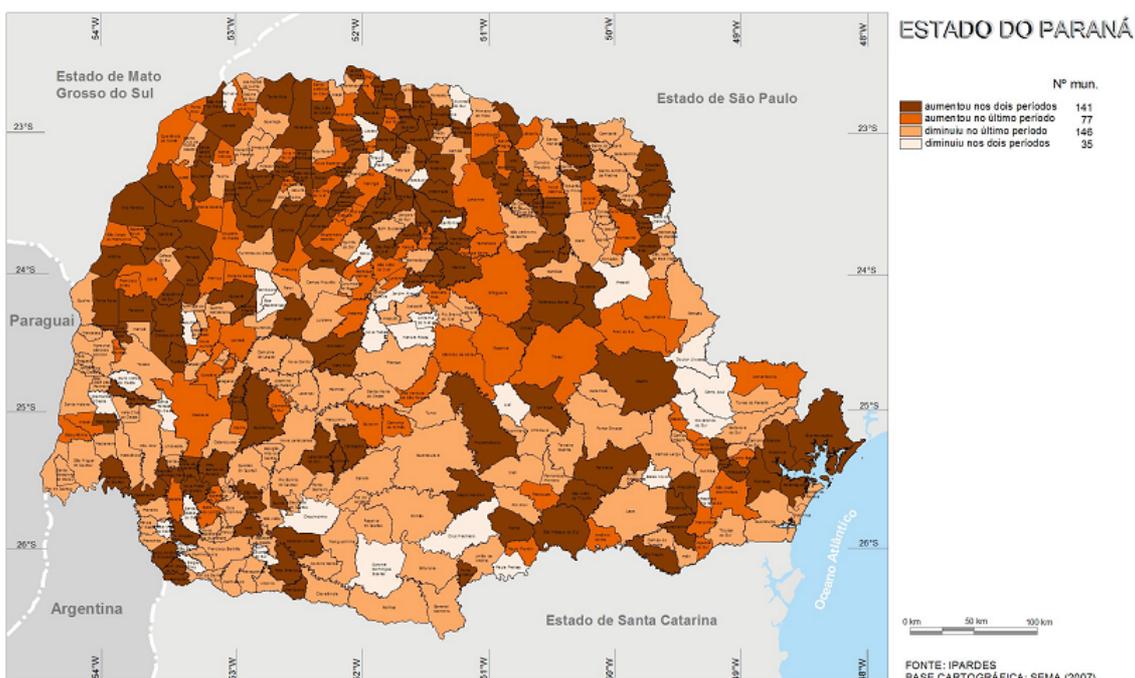
Para avaliar a diferenciação do desempenho municipal foram definidos quatro grupos considerando a trajetória dos municípios em termos da evolução do IPDM – renda e emprego: o grupo 1 (G1) reúne 141 municípios cujos índices aumentaram nos dois períodos em análise (2002/2005 e 2005/2007); o grupo 2 (G2) envolve 146 municípios que apresentaram desempenho positivo no primeiro período e negativo no último; o grupo 3 (G3) reúne 77 municípios com situação inversa ao do grupo 2; por fim, o grupo 4 (G4) abarca 35 municípios com desempenho negativo nos dois períodos (mapa 1).

---

<sup>5</sup> Verificou-se uma correlação negativa (-0,52) entre a taxa de crescimento e o valor do salário médio municipal, indicando que, quanto menor o salário em 2002, maior o seu crescimento no período 2002/2007.

<sup>6</sup> Variação calculada a partir dos dados do IPEADATA, sendo que a série consultada estava corrigida, pelo INPC, em valores constantes de setembro de 2009. Como a RAIS refere-se a dados de dezembro de cada ano, calculou-se a variação do salário mínimo entre dezembro de 2002 (R\$ 292,51) e dezembro de 2007 (R\$ 417,71). (Disponível em: <[http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=682623552&Tick=1257260936500&VAR\\_FUNCAO=Ser\\_TemasFonte%28132%2C407%29&Mod=M](http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=682623552&Tick=1257260936500&VAR_FUNCAO=Ser_TemasFonte%28132%2C407%29&Mod=M)>. Acesso em: 03/11/2009).

MAPA 1 - EVOLUÇÃO DO IPDM - COMPONENTE RENDA E EMPREGO - PARANÁ - 2002-2005-2007



As informações sobre o desempenho desses grupos constam da tabela 5, a qual traz, adicionalmente, as informações específicas do município de Curitiba, que integra o G2, e as deste grupo excluindo Curitiba.

TABELA 5 - SALÁRIO MÉDIO, EMPREGO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SEGUNDO GRUPOS DE MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2002/2007

GRUPO	N.º DE MUNICÍPIOS	SALÁRIO MÉDIO						EMPREGO						PARTICIPAÇÃO NO VBP (%)		
		R\$ (valores de 2007)			VARIÇÃO (%)			2002	2005	2007	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)			2002	2005	2007
		2002	2005	2007	2005/02	2007/05	2007/02				2005/02	2007/05	2007/02			
G1	141	819,06	809,14	875,97	-1,21	8,26	6,95	407.286	484.378	557.118	5,95	7,25	6,47	33,4	33,3	35,1
G2	146	1.248,03	1.190,48	1.257,58	-4,61	5,64	0,77	994.266	1.136.682	1.272.360	4,56	5,80	5,06	39,6	40,3	38,8
G3	77	971,95	905,89	990,97	-6,80	9,39	1,96	377.338	447.190	505.165	5,82	6,28	6,01	19,5	19,3	19,3
G4	35	832,77	762,38	805,58	-8,45	5,67	-3,27	33.741	41.098	44.288	6,80	3,81	5,59	7,6	7,1	6,8
Curitiba		1.541,62	1.467,99	1.547,55	-4,78	5,42	0,38	585.972	648.706	738.441	3,45	6,69	4,73	0,0	0,0	0,0
G2 (sem Curitiba)		826,69	821,56	856,54	-0,62	4,26	3,61	408.294	487.976	533.919	6,12	4,60	5,51	39,6	40,3	38,8
Paraná	399	1.086,45	1.034,23	1.103,19	-4,81	6,67	1,54	1.812.631	2.109.348	2.378.931	5,18	6,20	5,59	100,0	100,0	100,0

FONTES: MTE-RAIS, IBGE: Produção municipal agrícola e de origem animal

NOTA: Elaboração do IPARDES.

O **grupo 1** destaca-se em relação às três dimensões que compõem o índice, com resultados positivos ao longo dos dois períodos, acumulando variação real de 6,95% para o salário médio, taxa de crescimento do emprego de 6,47% a.a., e ampliando sua participação no VBP estadual para 35,1%.

Em relação ao **grupo 2** observa-se uma inflexão no seu ritmo de crescimento no último período. O desempenho do grupo fica mais claro quando se exclui Curitiba. Após este ajuste, verifica-se que o grupo apresentou, no período 2005/2007, variação positiva no salário médio, mas redução do ritmo de crescimento do emprego e em sua participação no VBP estadual.

O **grupo 3**, com trajetória inversa à do grupo anterior, teve ampliado, no período mais recente, o valor real do salário médio bem como da taxa de crescimento do emprego, e manteve estável, nos dois períodos, sua participação no VBP.

Por fim, o **grupo 4** teve a maior redução do salário médio no período 2002/2005, não compensada pelo crescimento no período posterior; desaceleração acentuada do ritmo de crescimento do emprego; e, pequena queda, porém contínua, em sua participação no VBP.

Chama atenção, no caso da dimensão emprego, que, mesmo quando há queda no seu ritmo de crescimento, as taxas ainda podem ser consideradas elevadas. Considerando-se o período 2002/2007, a menor taxa de crescimento anual observada foi de 5,06%, para o grupo 2. Mas trata-se, ainda, de uma taxa muito acima da verificada para a População Economicamente Ativa<sup>7</sup> (PEA) do Estado, a qual foi de 1,90% a.a., no mesmo período. Mesmo em termos absolutos, o crescimento do emprego formal foi superior ao da PEA, 566,3 mil e 511,0 mil, respectivamente.

O que esses dados revelam é que o índice expressa o posicionamento relativo entre os municípios do Estado, sendo que eventuais reduções no posicionamento dos municípios podem resultar tanto de variações negativas dos indicadores como do ritmo de crescimento diferenciado entre os municípios.

Dada a importante expansão no número de empregos formais, no período 2002/2007, focaliza-se, na sequência, o seu desempenho em termos setoriais. No Estado, a indústria de transformação destaca-se pelo crescimento relativo (42%) e pelo aumento absoluto (170,5 mil), quase da mesma magnitude do crescimento apresentado pelo comércio e serviços pessoais (172,2 mil). Esta performance do setor industrial associa-se, de um lado, à diversificação da estrutura industrial da Região Metropolitana de Curitiba e, de outro, à consolidação e expansão de atividades industriais tradicionais e de algumas atividades embrionárias, de maior conteúdo tecnológico (farmacêutica, química, metal-mecânica e instrumentos e equipamentos médico-odontológicos), no interior do Estado.

Também chama atenção a magnitude do crescimento do emprego gerado pelo segmento de serviços de apoio à produção; junto com o emprego industrial, representaram quase a metade (46,2%) do aumento do emprego formal no Estado, neste período, que foi de 566,3 mil postos de trabalho (tabela 6).

---

<sup>7</sup> Como, por lei (n.º 10.097 / 2000), é vetado o trabalho a menores de 16 anos, a não ser como aprendiz, considerou-se a PEA como aquela formada pelas pessoas com idade igual ou maior que dezesseis anos. Segundo a PNAD, no Paraná esta população envolvia, em 2002, 5,2 milhões de pessoas, contingente ampliado para 5,7 milhões em 2007.

TABELA 6 - INCREMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DO NÚMERO DE EMPREGO FORMAL, SEGUNDO GRUPOS DE MUNICÍPIOS E SETOR DE ATIVIDADE - PARANÁ - 2002/2007

SETOR DE ATIVIDADE	GRUPOS DE MUNICÍPIOS						TOTAL
	G1	G2			G3	G4	
		Total	Sem Curitiba	Curitiba			
Incremento absoluto 2002/2007							
Agrossilvipastoril e pesca	3.976	5.860	5.607	253	4.140	678	14.654
Indústria extrativa	821	33	158	-125	119	69	1.042
Indústria de transformação	69.078	58.697	38.772	19.925	40.085	2.633	170.493
Outras indústrias	6.049	11.530	3.881	7.649	3.803	-17	21.365
Serviços de apoio à produção	11.748	56.564	15.316	41.248	22.281	476	91.069
Serviços de natureza pública	14.049	65.786	19.551	46.235	13.126	2.511	95.472
Comércio e outros serviços	44.111	79.624	42.340	37.284	44.273	4.197	172.205
Total	149.832	278.094	125.625	152.469	127.827	10.547	566.300
Incremento relativo 2002/2007							
Agrossilvipastoril e pesca	12,1	17,9	17,8	19,9	25,3	18,7	17,1
Indústria extrativa	54,9	2,0	11,9	-38,5	14,3	22,8	24,3
Indústria de transformação	54,3	32,9	35,4	28,9	43,2	34,0	42,0
Outras indústrias	62,8	24,6	26,5	23,7	24,0	-2,4	29,2
Serviços de apoio à produção	25,1	34,0	38,4	32,6	37,0	16,5	33,0
Serviços de natureza pública	16,1	22,7	20,5	23,8	15,3	21,1	20,1
Comércio e outros serviços	43,3	28,6	36,4	23,0	41,9	63,9	34,9
Total	36,8	28,0	30,8	26,0	33,9	31,3	31,2
Estoque 2007							
Agrossilvipastoril e pesca	36.834	38.559	37.037	1.522	20.508	4.300	100.201
Indústria extrativa	2.316	1.690	1.490	200	950	372	5.328
Indústria de transformação	196.326	236.929	148.173	88.756	132.975	10.366	576.596
Outras indústrias	15.684	58.406	18.515	39.891	19.677	691	94.458
Serviços de apoio à produção	58.492	222.926	55.209	167.717	82.432	3.356	367.206
Serviços de natureza pública	101.415	355.612	114.761	240.851	98.679	14.438	570.144
Comércio e outros serviços	146.051	358.238	158.734	199.504	149.944	10.765	664.998
Total	557.118	1.272.360	533.919	738.441	505.165	44.288	2.378.931

FONTE: MTE-RAIS

NOTA: A definição dos setores deu-se a partir de agregações considerando o nível de divisão da CNAE 95: agrossilvipastoril, divisões 01 a 05; indústria extrativa, 10 a 14; indústria de transformação, 15 a 37; outras indústrias, 40 a 45; serviços de apoio à produção, 60 a 74; serviços de natureza pública, 75 a 90 e 99; comércio e outros serviços, 50 a 55 e 91 a 95.

Os serviços de natureza pública tiveram um incremento relativo de 20%, superior apenas ao apresentado pela agropecuária. Mas em termos absolutos o aumento foi expressivo, da ordem de 91,1 mil postos de trabalho, dos quais quase a metade concentrada na capital do Estado.<sup>8</sup>

O grupo 1 se destaca por apresentar o maior incremento relativo do emprego (36,8%), com todas as atividades industriais apontando incremento superior a 54%, ressaltando-se a indústria de transformação pela agregação de novos postos de trabalho (69,1 mil); na realidade, a indústria respondeu pela metade do aumento do emprego neste grupo.

<sup>8</sup> Cabe relativizar esta concentração na capital, pois há casos em que, apesar da declaração da capital como local do estabelecimento, o exercício profissional se dá em outras localidades do Estado; um exemplo é a contratação de professores pelo governo estadual, os quais são registrados na Secretaria de Educação, com sede em Curitiba, mas lotados nos municípios paranaenses.

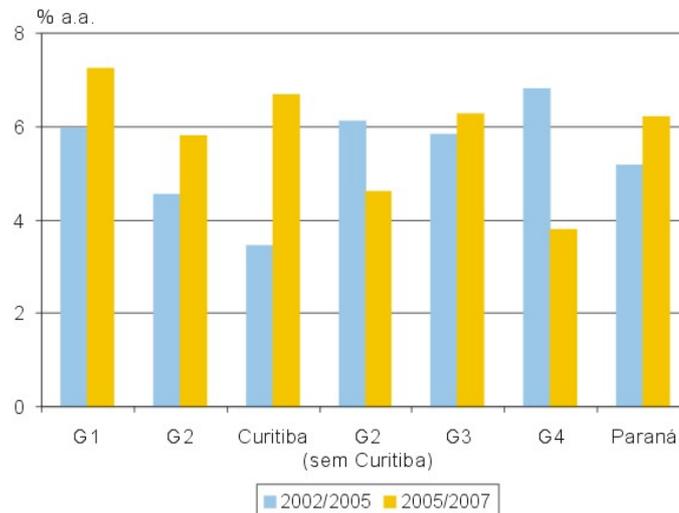
No grupo 2 os maiores valores observados para o emprego estão associados a atividades industriais e de serviços. Porém, quando se excetua Curitiba deste grupo, percebe-se que foram as atividades de comércio e serviços pessoais as principais responsáveis pelo incremento absoluto do emprego. Importa destacar que dos novos empregos da indústria de transformação, neste grupo, 2/3 foram gerados fora de Curitiba, participação distinta da que se observa para os serviços de apoio à produção e de natureza pública, concentrados na capital.

No grupo 3 verifica-se a segunda maior expansão relativa do emprego na indústria de transformação (43,2%). É expressivo, também, o contingente de empregos nos serviços de apoio à produção, só inferior ao verificado em Curitiba. Vale ressaltar que integram este grupo algumas das principais cidades de porte médio do Estado, como Londrina, Maringá, Cascavel e São José dos Pinhais.

Por fim, o grupo 4, embora apresente um pequeno crescimento absoluto do emprego, mesmo porque reúne o menor número de municípios (35), apresentou um crescimento relativo expressivo (31,3%). O que o diferencia é o fato de o incremento deste emprego depender basicamente das atividades terciárias, vinculadas aos serviços de natureza pública e do comércio.

Quando se analisa o desempenho do emprego nos dois subperíodos (2002/2005 e 2005/2007), observa-se que nenhum dos grupos registrou variação negativa.<sup>9</sup> O que os diferencia é o ritmo de crescimento, com os grupos 1, 2 e 3 intensificando as taxas no período recente (2005/2007). Quando se excetua Curitiba do grupo 2, este passa a apresentar redução no seu ritmo de crescimento, fato observado com maior intensidade no grupo 4 (gráfico 1 e Apêndice).

GRÁFICO 1 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL, SEGUNDO GRUPO DE MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2002/2007



FONTE: MTE-RAIS

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Contudo, mesmo quando reduzidas, estas taxas apresentam valores expressivos, bem superiores, como mencionado anteriormente, ao daquela observada para o crescimento da PEA no Estado (1,90% a.a.).

<sup>9</sup> Embora os agrupamentos no seu agregado não tenham apresentado redução, entre 2002 e 2007, 27 municípios tiveram redução no número de emprego, sendo 12 deles do G1, 2 do G2, 12 do G3 e 1 do G4. Em conjunto, estes municípios perderam 3.097 postos de trabalho, sendo as maiores perdas em Porecatu (-1.047), Centenário do Sul (-364) e Antonina (-207); nos demais, a redução foi inferior a 200 postos de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se avaliar, na presente nota, a evolução do componente renda e emprego, do IPDM, a partir da verificação do desempenho das três dimensões que o integram.

A dimensão salário revelou-se a principal determinante do incremento verificado no valor do índice dos municípios paranaenses. Embora sua variação no período, em termos médios, não tenha sido tão significativa, sua contribuição se distingue naqueles municípios onde o padrão de remuneração atrela-se mais às definições do salário-base (salário mínimo ou piso regional), o qual sofreu correções acima da inflação no período.

Em relação à dimensão emprego, percebeu-se que sua contribuição ao índice não expressou a intensidade do crescimento do emprego, verificada no Estado. Porém, observando-se as variáveis antes de sua transformação para compor os índices, percebe-se que foi esta a dimensão que apresentou maior incremento relativo no período analisado, e bastante expressivo quando comparado à evolução da PEA estadual.

Por sua vez, o VBP, expressão da renda agropecuária municipal, mostrou-se sensível a variações de conjuntura (safra e preço), diferenciando grupos de município onde a atividade agropecuária integra fortemente a estrutura produtiva do município.

Importa ressaltar ainda que a evolução positiva verificada no nível do emprego foi significativamente influenciada pela dinâmica da indústria de transformação, tanto de segmentos tradicionais, particularmente no interior do Estado, quanto daqueles de maior conteúdo tecnológico, concentrados nos espaços metropolitanos (Curitiba, Londrina e Maringá).

Também chama a atenção o forte incremento do emprego no setor de serviços de apoio às atividades produtivas, o qual, junto com a indústria de transformação, respondeu por quase a metade do crescimento do emprego formal no Estado no período entre 2002 e 2007.

**APÊNDICE 1**  
**TAXA GEOMÉTRICA ANUAL DE CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL, SEGUNDO**  
**GRUPOS DE MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2002-2005-2007**

SETOR DE ATIVIDADE	GRUPOS						PARANÁ
	G1	G2			G3	G4	
		Total	Sem Curitiba	Curitiba			
<b>2002/2007</b>							
Agrossilvipastoril e pesca	2,31	3,35	3,34	3,70	4,61	3,49	3,21
Indústria extrativa	9,15	0,40	2,27	-9,25	2,71	4,19	4,45
Indústria de transformação	9,06	5,86	6,26	5,22	7,44	6,04	7,26
Outras indústrias	10,24	4,50	4,82	4,35	4,39	-0,48	5,26
Serviços de apoio à produção	4,59	6,03	6,71	5,81	6,51	3,11	5,87
Serviços de natureza pública	3,03	4,18	3,81	4,36	2,90	3,90	3,73
Comércio e outros serviços	7,46	5,16	6,40	4,22	7,25	10,39	6,18
Total	6,47	5,06	5,51	4,73	6,01	5,59	5,59
<b>2005/2007</b>							
Agrossilvipastoril e pesca	-0,05	2,13	2,05	4,12	-0,19	-0,84	0,71
Indústria extrativa	13,18	6,57	6,08	10,43	5,84	18,04	9,90
Indústria de transformação	11,15	5,67	5,24	6,40	10,19	2,28	8,42
Outras indústrias	23,21	12,80	10,48	13,93	15,15	-1,76	14,71
Serviços de apoio à produção	7,33	5,41	5,08	5,52	5,60	2,65	5,73
Serviços de natureza pública	3,47	6,47	3,80	7,82	2,31	6,30	5,17
Comércio e outros serviços	5,62	4,86	4,40	5,23	6,10	4,43	5,29
Total	7,25	5,80	4,60	6,69	6,28	3,81	6,20
<b>2002/2005</b>							
Agrossilvipastoril e pesca	3,92	4,17	4,20	3,43	7,94	6,48	4,92
Indústria extrativa	6,54	-3,52	-0,20	-20,39	0,68	-4,13	0,96
Indústria de transformação	7,69	5,99	6,94	4,44	5,64	8,62	6,50
Outras indústrias	2,36	-0,70	1,20	-1,59	-2,22	0,38	-0,60
Serviços de apoio à produção	2,80	6,44	7,82	6,00	7,11	3,41	5,96
Serviços de natureza pública	2,74	2,67	3,81	2,11	3,29	2,32	2,79
Comércio e outros serviços	8,70	5,35	7,76	3,56	8,02	14,54	6,77
Total	5,95	4,56	6,12	3,45	5,82	6,80	5,18

FONTE: MTE-RAIS

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

A definição dos setores se deu a partir de agregações considerando o nível de divisão da CNAE 95: agrossilvipastoril, divisões 01 a 05; indústria extrativa, 10 a 14; indústria de transformação, 15 a 37; outras indústrias, 40 a 5; serviços de apoio à produção, 60 a 74; serviços de natureza pública, 75 a 90 e 99; outros serviços, 50 a 55 e 91 a 95.